

## **O Turismo Pedagógico e as Possibilidades de Ampliação de Olhares: Uma Análise Sobre a Sistemática dos Processos de Tombamento de Bens Patrimoniais Paranaenses**

Alisson Beltrão Machado

Resumo: Na atualidade, o ideal é que a educação seja sempre continuada, permanente, numa tentativa de superar limites impostos pelo mercado, objetivando uma transformação social no sentido de contribuir para a formação de um cidadão político, que usa a palavra como forma de transformar o mundo. Diante disso, torna-se imprescindível a adoção de novas pedagogias, transformadoras em suas manifestações, numa perspectiva de educar para o futuro. O conjunto dos Parâmetros Curriculares Nacionais apresenta-se como uma proposta pedagógica que possibilita à escola flexibilizar suas diretrizes curriculares, adequando-as à sua própria realidade e buscando sempre a formação do aluno crítico e autônomo, que se reconheça e participe de sua comunidade ou grupo social, ou seja, que se torne um cidadão. A aprendizagem é um processo de construção do conhecimento que ocorre na relação com o meio social e natural, ou seja, o próprio meio é educativo em si mesmo. O Turismo Pedagógico ainda é uma modalidade nova no Brasil, comparada a outros tipos de turismos tidos como tradicionais. Sua finalidade é conduzir os alunos à atividade educativa de forma diferenciada da qual vivenciam em seu dia-a-dia, via experiências turísticas por meio de viagens, o que torna a educação um elemento motivador nos mais diversos saberes e realidades. Com esse objetivo, as escolas procuram agências especializadas na área, contando, portanto, com o incentivo de professores e com o auxílio de guias e de monitores capacitados para a prática das atividades e a teoria dada em sala de aula. Portanto, entende-se que o turismo pode contribuir de forma significativa para o processo educativo dos indivíduos, uma vez que viajar é uma fonte de novas experiências, que faz com que o visitante abandone temporariamente o seu meio social para observar e vivenciar diferentes sistemas sócio-culturais, promovendo o conhecimento e estimulando o respeito. Através da utilização desse mecanismo facilitador do processo ensino-aprendizagem, o que mais chama a atenção é a possibilidade de se trabalhar efetivamente a interdisciplinaridade, saindo dos limites da sala de aula e apresentando um mundo de referências reais palpáveis. Nessa perspectiva, o presente artigo apresenta a possibilidade de se tomar o turismo como criador de situações educadoras. Os procedimentos adotados foram: revisão de literatura sobre turismo pedagógico e estudos do meio; a apresentação da sistemática dos processos de tombamento de bens patrimoniais paranaenses. Como resultados, além da possível relação entre turismo como recurso pedagógico de uma educação crítica, identificou-se que a motivação representada pelo turismo pedagógico origina situações formativas que transcendem a realização da atividade em si.

Palavras-chave: Turismo pedagógico; educação; estudos do meio; bens patrimoniais paranaenses.

Nos dias atuais, o desafio que se impõe à educação brasileira, mais do que em qualquer outra época, é o diálogo e o desenvolvimento da capacidade argumentativa, a partir de ações competentes e criativas, das quais podem emanar mudanças significativas quanto ao processo formativo dos alunos.

Segundo Alвори Ahlert (2007), para a UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura –, o século XXI deve ter como foco a educação. E o grande paradigma desta educação deve ser o ensino da capacidade de pensar. Não basta uma boa formação técnico-científica. Uma das coisas mais preciosas que o/a educador/a pode dar ao/a aluno/a é a capacidade de pensar de forma independente. Ahlert afirma (2007, p.02):

A pessoa precisa saber fundamentar logicamente suas decisões. Esse é um requisito fundamental. Não apenas fazer contas, mas ter a capacidade de analisar dados, fatos e situações; conhecer o conjunto de serviços e de instituições que existem nas sociedades aos quais os cidadãos podem e devem recorrer; a capacidade de relatar, saber o que está acontecendo, perceber o contexto e ser capaz de transmitir isso para os outros; capacidade de gestão participativa e não mais apenas entender as tarefas; capacidade de entender processos mais amplos; capacidade de receber criticamente os meios de comunicação, de perceber as manipulações desses meios e ter um distanciamento crítico, pois uma notícia não pode ser um comentário manipulador; capacidade de saber distinguir entre aquilo que é real e aquilo que é manipulação.

Tomando como referência a problemática apresentada, podemos compreender que a melhor forma de desenvolver a capacidade crítica em um indivíduo é ensinando-lhe a fazer perguntas à realidade. Paulo Freire, ao refletir acerca da educação problematizadora na sua obra *Pedagogia do oprimido*, diz: “Nenhuma ‘ordem’ opressora suportaria que os oprimidos todos passassem a dizer: ‘Por quê?’” (2005, p. 75). Apresentar um questionamento corretamente já é um modo de desenvolver o processo de formação intelectual. Corroborando com essa afirmação, Demo (1999) refere-se à necessidade de mudanças pedagógicas no processo de ensino, destacando que, de um modo geral, pouco se aprende atualmente nas escolas, devido à inexistência de relação dos conteúdos apresentados com os desafios futuros.

Ainda segundo Pedro Demo, o incremento da pesquisa no processo de ensino pode contribuir para o desenvolvimento da capacidade de observação, questionamento e renovação da realidade. Dessa forma, percebe-se que,

a habilidade didática e pedagógica que se espera do professor já não se resume ao formato expositivo das aulas, à fluência vernácula, à aparência externa. Precisa-se centrar-se na competência estimuladora da pesquisa, incentivando com engenho e arte a gestação de sujeitos críticos e autocríticos, participantes e construtivos (DEMO, 1999, p. 103).

A partir dos pressupostos acima, vem à tona os seguintes questionamentos: o caminho formal de educação deve passar unicamente pela sala de aula e de lá devem provir os pressupostos para a vida dos jovens? Será o ambiente escolar o único a prover as comunidades de uma efetiva estrutura educacional?

Viajar, conhecer pessoas e apreciar lugares possibilita ao aluno justamente o que é proposto pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, a cidadania ativa que só se dá por meio da vivência que se tem com objeto de estudo. Conhecer os recursos naturais, a diversidade cultural ou os problemas do país somente através de contextualizações superficiais em sala de aula não caracteriza a cidadania ativa. Para intervir positivamente é preciso literalmente conhecer, *in loco*.

## **O Turismo Pedagógico e a efetivação de um compromisso com o meio**

A concepção de turismo que orienta o enfoque desse texto encontra-se na idéia de que seu processo, acima de tudo, conserva uma prática sociocultural em territórios dinâmicos. De acordo com os registros históricos, as principais evidências da realização de viagem de cunho educativo datam do século XVIII, praticadas primeiramente por jovens aristocratas ingleses

aos principais centros culturais da Europa, com o objetivo de aprimorar seus estudos para seguir e consolidar uma carreira profissional. Essas viagens recebiam o nome de “viagens de estudo” e eram caracterizadas pela presença de ilustres preceptores.

Beni (2002, p. 426), reconhece a prática do turismo pedagógico desenvolvida atualmente e a define como um recurso necessário ao processo de ensino e aprendizagem, porém, destaca que não se trata de algo novo, trata-se da:

Retomada de uma prática amplamente utilizada nos Estados Unidos por colégios e universidades particulares, e também adotada no Brasil por algumas escolas de elite, que consistia na organização de viagens culturais mediante o acompanhamento de professores especializados da própria instituição de ensino com programas de aulas e visitas a pontos históricos ou de interesse para o desenvolvimento educacional dos estudantes.

Constata-se, portanto, nessas viagens, um olhar puramente contemplativo e informativo sobre os aspectos culturais dos ambientes visitados, não numa perspectiva interdisciplinar, com possibilidades de diversos olhares, sobre diversos segmentos da sociedade, buscando mudanças sociais.

O que se proporciona hoje com o turismo pedagógico, compartilha com a ideia de uma educação direcionada principalmente aos interesses de um mundo melhor, da busca pela qualidade de vida e da defesa de bens e recursos naturais, culturais e ambientais.

O turismo pedagógico, com o direcionamento citado acima, apesar de ser relativamente novo no Brasil, vem ganhando espaço na academia. Alguns autores estudam a temática e apresentam as características desse novo segmento, reconhecendo que essa modalidade de turismo envolve atividades relacionadas à educação, ao aprendizado e ao conhecimento, de forma a proporcionar uma visão crítica e reflexiva da realidade.

Busca-se instituir, portanto, uma relação entre a atividade de turismo e a pedagogia, entendendo esta última, como responsável pelos instrumentos utilizados no processo de aprendizagem, objetivando mais qualidade na educação.

A concepção de *estudos do meio* se apresenta neste trabalho baseia-se nas reflexões apresentadas por Nídia Pontuschka. Segundo a autora, embora o conceito de estudo do meio sofra variações de acordo com as diferenças de escolas, professores e da própria localização no tempo, trata-se tanto de técnica e método, como também um fim em si mesmo. A partir de debates promovidos por autores que analisaram o tema a partir da década de 1950, Pontuschka (2004, p.255) apresenta que o estudo do meio pode ser compreendido

[...] como fim [...], ou seja, o do valor que um estudo do meio tem para que alunos assimilem conhecimentos relacionados às diferentes disciplinas escolares por meio do vivido; como método [...] a formação do educando como pessoa e como cidadão.

Além da reflexão do estudo do meio servir tanto como fim em si, ao promover a apreensão de saberes disciplinares a partir de situações vividas em campo, como também um método, ao se tomar o estudo do meio como importante ação educativa que concorre à formação do ser humano e do cidadão. Nesse sentido, a ideia de estudo do meio se reforça considerando-se a afirmação sobre a prática pedagógica apresentada por Imbert (1984); não é o educador que ensina, mas sim a situação.

A necessidade de viagens como ferramenta capaz de auxiliar no processo de ensino, encontra apoio em algumas linhas pedagógicas, principalmente as que suportam influências dos princípios de Celestin Freinet. Este trata dos alicerces da educação, num ponto de vista de ampliação dos olhares das crianças para fora do espaço escolar, utilizando-se das técnicas de aulas-passeio, ou aulas das descobertas, onde o aluno é estimado como o centro da construção de seu conhecimento. Sendo assim, seus princípios valorizam a promoção humana, a liberdade de escolha, a alegria de viver e a possibilidade de sonhar (FREINET, 2004).

As aulas-passeio acabam por proporcionar um ambiente onde as interações sociais, econômicas e culturais relacionam-se, permitindo identificar essa atividade como uma forma

de lazer e turismo aplicados à educação. Essas técnicas identificadas por Freinet, podem ser interpretadas também como um elo entre a pedagogia e o turismo, confluindo para o que chamamos atualmente de turismo pedagógico, proporcionando a conversão e reconversão do olhar nos envolvidos.

Autores como Moreira, Avilés e Valle (2009, p. 01), ao desenvolverem um trabalho sobre o uso do turismo pedagógico como instrumento fomentador da aprendizagem na Espanha, mostram que a percepção desse tipo de turismo em outros países é a mesma que no Brasil, quando afirma que o segmento educativo.

Es la rama del turismo que se especializa en viajes donde los turistas organizan los mismos con el propósito no solo de conocer el lugar, si no de aprender, entender y comprender el entorno visitado; sin ser realizado dicho aprendizaje necesariamente dentro de un plan estricto y formal de aprendizaje; si no todo lo contrario; dentro de un espectro amplio y utilizando toda la gama de opciones de aprendizaje que nos brinda el avance en la rama educativa; utilizando los medios necesarios para que el turista se involucre dentro de dichos espacios.

Do mesmo modo, para outros autores como Salcedo e Suárez (2005, p. 90):

(...) este hecho del turismo es una vertiente cognitiva que va acompañada de sensaciones y de un impacto afectivo-emocional, donde se dan aprendizajes en el marco del turismo, aspecto que abre la posibilidad educativa, abriendo un espacio de estudio respecto a lo educativo que posee el turismo.

É importante destacar que para o turismo pedagógico atender aos objetivos do projeto pedagógico da escola, torna-se imperativo apresentar aos alunos um sentido significativo às aulas extraclasse, entendendo-as como uma perspectiva aberta de compreensão da realidade, através de referências reais e tangíveis.

Freire (1996) acrescenta que ensinar não é transmitir conteúdo a ninguém, assim como aprender não é memorizar o perfil do conteúdo no discurso vertical do professor, a aprendizagem não se dá por transferência de conteúdo, mas, por interação, que é o caminho da construção. É preciso salientar que até pouco tempo a socialização não era levada em conta na sala de aula, o mais importante era a memorização e a aprendizagem mecânica dos conteúdos escolares.

Enfim, o Turismo Pedagógico é uma forma de propor ao aluno uma participação ativa no processo de construção do conhecimento, pois oferece meios para que ele possa tornar-se um cidadão criativo, dinâmico e interessado em atuar, de forma efetiva, na comunidade, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade mais consistente em todos os níveis. A partir dessas considerações, direcionaremos a análise das possibilidades de se tomar o turismo como criador de situações educadoras a partir da reflexão a respeito das políticas de preservação de bens culturais aplicadas no âmbito do estado do Paraná.

### **A sistemática dos processos de tombamento no Paraná**

A experiência brasileira no trato com a preservação dos bens culturais iniciou-se na década de 1930 e foi marcada pelo juízo de que estes eram paradigmas de uma dada cultura e identidade nacional, símbolos do poder considerados expressão do interesse e da memória coletiva. Os feitos do Estado, das instituições dirigentes e das classes sociais mais favorecidas foram consagrados como patrimônio da nação, em detrimento das produções da maioria da população socialmente diferenciada (FENELÓN, 1992).

Esse entendimento transformou-se gradualmente ao longo do século XX, sobretudo pelo reconhecimento de que a sociedade é composta por grupos sociais com interesses diferenciados, pertencimentos múltiplos, interesses conflitantes e contraditórios e não se pode falar em identidade como um dado puro, mas sim em identidades fluídas e em constante transformação (CASTELLS, 2000, p. 24).

No que se refere à proteção dos bens patrimoniais no Paraná, cabe destacar que o mesmo passou a existir como Província componente do Império Brasileiro em 1853, quando se desmembrou de São Paulo. O espaço já constituído por grupos populacionais com referências culturais múltiplas passou a ser ainda mais heterogêneo com a entrada de imigrantes ao final do século XIX. A exploração das terras devolutas para a expansão cafeeira nas décadas iniciais do século XX ampliou essa diversidade, quando se acolheram no território paranaense gentes providas das mais variadas regiões do Brasil em busca de trabalho e riqueza (WACHOWICZ, 1995).

O movimento pela emancipação política esboçou a gênese do paranismo com base em um discurso ostentoso e regionalista. O paranismo pode ser entendido como um movimento que tinha como objetivo, “a construção de uma identidade regional para o Estado do Paraná e que contou com a adesão de intelectuais, artistas, literatos, etc.” (PEREIRA, 1998, p.66). O desejo de atribuir uma unidade cultural à Província levou intelectuais ligados ao governo a “selecionar especificidades e a buscar elementos que dessem um colorido especial à região” (KERSTEN, 2000, p. 19).

Com o desejo de atribuir uma unidade cultural à Província, intelectuais ligados ao governo passaram a selecionar especificidades e a buscar elementos que conformasse o patrimônio do estado. Para isso, buscava-se um passado comum, capaz de fortalecer a identidade coletiva e reforçar as relações sociais que pudessem distinguir o paranaense.

Trabalhando o imaginário da população, recuperou e reconstruiu uma tradição e uma história calcadas em fatos e situações, monumentos e documentos. Retirados da virtualidade, o Paranismo encadeou-os em uma série-temporal com lógica própria, agregando diferenças culturais sob símbolos comuns, que serviram de instrumentos para a veiculação de seus ideais. (...) Foi – e ainda é – reavivado nos discursos oficiais, em campanhas políticas e cívico-promocionais e na produção artística (Idem, 2000, p.120).

Consideramos importante destacar essa insistência em definir a identidade regional e de vinculá-la à preservação da cultura. A preservação da cultura histórica regional é essencial para a manutenção ou a criação de um modo de vida que permita ao homem encontrar sua identidade e experimentar um sentimento de segurança face às mutações aceleradas da sociedade moderna, conforme expressa a Declaração do México – documento resultante da Conferência Mundial sobre as políticas culturais realizada pelo ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios –, de 1985:

A identidade cultural é uma riqueza que dinamiza as possibilidades de realização da espécie humana ao mobilizar cada povo e cada grupo a nutrir-se de seu passado e acolher as contribuições externas compatíveis com a sua especificidade e continuar, assim, o processo de sua própria criação (CURY, 2004, p.272).

As identidades constituem a base de significados para os próprios indivíduos, por eles originadas, e construídas através de um processo de individualização. Entretanto as identidades também podem ser constituídas a partir de instituições dominantes, contudo, apenas ostentam tal condição quando e se os atores sociais a incorporam, formando o seu significado fundamentado nessa incorporação. Em linhas gerais, quem e para quem se constrói a identidade coletiva são em grande medida os determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade, e do seu significado para aqueles que com ela se identificam ou dela se excluem. Como, e por quem, diferentes tipos de identidades são construídos e com quais resultados são questões que não podem ser abordadas em linhas gerais, abstratas; são determinadas por um contexto social.

Essas questões nos elevam então a tratar das ações que se efetivaram a partir de então, destinadas a construir a identidade paranaense, sobretudo aquelas que se expressam através de seu patrimônio histórico e cultural.

É com esse sentido que vemos, em meio à movimentação política que precedeu ao Estado Novo e às alterações estruturais que o país passou naquela conjuntura, a atitude do

governo estadual ao criar e instalar, em outubro de 1935, o Conselho Superior de Defesa do Patrimônio Cultural Paranaense – CSDPC, mediante a Lei nº. 38/35, o primeiro da América Latina (KERSTEN, 2000, p.124). De acordo com Kersten, “baseado na defesa dos princípios católicos e no civismo e utilizando-se dos símbolos Razão, Pátria, Progresso, Ciência, o Conselho foi criado com o objetivo de defender o patrimônio cultural” (Idem, p.124). Contudo, a fragilidade deste ensaio de institucionalização das ações de preservação foi exposta com a instalação do Estado Novo, em 1937, que restringiu tentativas de ampliação das discussões em torno das ações de patrimônio nos Estados, extinguindo assim o Conselho Superior de Defesa, em novembro do mesmo ano.

As primeiras medidas efetivas destinadas à preservação nesse estado remetem a 1938, quando foram registradas as iniciativas do governo federal voltadas à proteção do acervo cultural do Paraná. O Paraná teve tombado em 1938, como patrimônio da nação, Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres e o Colégio dos Jesuítas em Paranaguá; A Igreja Matriz de Guaratuba; a Casa à Rua Francisco Cunha, a Casa do Coronel Joaquim Lacerda e a Igreja Matriz da Lapa.

Os critérios adotados para a escolha desses bens foram determinados pela relação entre os mesmos e a história oficial do país, haja vista que os elementos tombados como patrimônio nacional, situados no Paraná, eram edificações que recordavam a colônia luso-brasileira, apreciadas como elementos dotados de um extraordinário valor artístico ou histórico. Também foram inventariadas as edificações representantes da arquitetura eclética do final do século XIX e início do XX, ou seja, uma arquitetura que também expressava os feitos da classe dominante.

Em 1948 foi criada, junto à secretaria de Educação e cultura, a Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná, com a finalidade de “defender a restauração dos monumentos e objetos artísticos e históricos regionais e conservar as paisagens e as formações naturais características do Estado” (idem, p.132). Foi então elaborada a primeira lei a dispor sobre o patrimônio histórico, artístico e natural do Paraná, a lei 1211/53. Apesar da Lei, nenhum tombamento foi efetivado na década de 1950, somente em 1960 ocorreram os primeiros tombamentos na esfera estadual, pautados em critérios semelhantes aos adotados pelo governo federal, uma vez que o valor histórico foi atribuído a fatos ou figuras relacionadas a pessoas importantes do lugar e aos ciclos econômicos da região. O valor artístico foi conferido às obras tidas como relevantes por expressarem a estética e a cultura do Estado. O valor documental igualmente acompanhou esses critérios, pois se salvaguardou documentos validados por uma dada interpretação histórica que apregoava a harmonia das relações humanas e escamoteava ou sublimava os conflitos existentes.

Nesse tempo foram inscritas 21 unidades consideradas representativas da história do Estado, dentre elas o teatro São João, na Lapa (1965) e as Igrejas de São Francisco das Chagas e de São Benedito, em Paranaguá (1968). Esse número ampliou-se para 48 na década seguinte. Os bens tombados continuaram a ser palacetes, fortes, igrejas; mas pela primeira vez o Estado salvaguardava os chamados bens naturais: árvores, paisagens e a orla marítima (Ilha do Mel e a Orla Marítima de Matinhos). Também pela primeira vez eram considerados bens de relevante valor histórico elementos referentes aos grupos étnicos que compunham a população paranaense como o Oratório de São Carlos Barromeo (polonês), o Panteão do Cemitério de Santa Felicidade (italiano) e a Igreja de São Josafá (ucraniano). (Idem, p.145).

Somente na década seguinte é que as atividades de preservação no Paraná abarcaram mais do que bens arquitetônicos e passaram a salvaguardar aspectos relegados como as manifestações culturais, materiais e simbólicas de segmentos da sociedade até então desconsiderados pelas políticas culturais. Bom exemplo foram as casas de madeira na Vila Cassoni, em Londrina. As ações desenvolvidas nesse tempo traduzem a ampliação da noção de patrimônio, pela inclusão de bens naturais (Serra do Mar, Ilha de Superagui) e setores

históricos como as praças Manoel Ribas em Castro e Eufrásio Correa em Curitiba e o setor histórico da Lapa.

A Constituição Federal de 1988 reforçou a importância da preservação patrimonial destacando a cultura como um direito de todos. A Constituição paranaense seguiu os mesmos critérios definindo em seus artigos que “os bens materiais e imateriais referentes às características da cultura no Paraná constituem patrimônio comum que deve ser preservado através do Estado, com a cooperação da comunidade” (Constituição Estadual, 1989, Seção II, artigo 191, p. 101).

Com base nesses princípios, na década de 1990 foram tombadas 19 unidades no Estado, ampliando o número de bens considerados representativos da diversidade étnica e cultural do Estado. Ressalta-se que, apesar dessa ampliação, os elementos selecionados para representar a memória histórico-cultural da imigração não deixaram de ser criticados por especialistas no assunto, que os viram como uma mensagem folclorizada e regionalista que tendia, uma vez mais, a disfarçar tensões sociais e camuflar preconceitos (Kersten, 2000, p. 151).

Polêmicas à parte, os tombamentos, a partir de 1990 passaram a contemplar paisagens urbanas, rurais e marítimas. Ao todo foram tombadas no Estado 16 unidades naturais: Vila Velha, Sambaquis de Paranaguá, Ilha de Superagüi, entre outras.

Durante esse tempo todo, a imensa maioria das ações foram efetivadas no planalto curitibano. Construiu-se assim uma imagem de que o patrimônio expresso na pintura, na arquitetura, na escultura nas artes gráficas delineia uma fisionomia do Paraná a partir do referencial da capital e de cidades consideradas detentoras de bens cujo valor reside, sobretudo, no passar do tempo histórico. As regiões norte e noroeste em quase nada foram consideradas portadoras de elementos relevantes para serem tombados pelo Estado ou pela União. A exceção de Londrina e Jacarezinho, até o início do ano 2000 nenhuma cidade dessas partes do Estado tiveram bens de natureza histórica, artística e paisagística valorizados a ponto de serem contemplados pelas políticas patrimoniais.

O que se pode concluir passados mais de meio século de existência dessas políticas em nosso Estado, é que boa parte do legado histórico paranaense ainda padece da falta de inversões necessárias para sua manutenção, estando relegado ao esquecimento, à falta de respeito e ainda pior, à ignorância dos próprios homens e mulheres que habitam esse lugar, desconhecedores em sua maioria das riquezas culturais que contam e do potencial que nelas se encontra.

### **Conhecer para preservar: turismo pedagógico e a efetivação de um compromisso com o meio**

A análise da sistemática dos processos de tombamento no Paraná nos permite concluir que o discurso que exalta a multiculturalidade paranaense expressou por meio da valorização de seus aspectos, a soma das diferentes manifestações étnicas de origem européia; articulou particularidades da população ameríndia e portuguesa do início da colonização à imigrantes europeus do final do século dezanove. Nestas condições, grande parte da história do Estado no século XX ainda carece de cuidado e atenção no que se refere à preservação de sua memória, uma vez que a prática do tombamento direciona as paisagens e o seu entorno alterando, substancialmente, seu significado, idealizando uma tradição e uma história distinta às unidades tombadas.

O Patrimônio Cultural não se resume aos objetos históricos e artísticos, aos monumentos representativos da memória nacional ou aos centros históricos já consagrados e protegidos pelas instituições e agentes governamentais. Existem outras formas de expressão cultural que constituem o patrimônio vivo da sociedade: artesanatos, maneiras de pescar,

caçar, plantar, cultivar e colher, de utilizar plantas como alimentos e remédios, de construir moradias e fabricar objetos de uso, a culinária, as danças e músicas, os modos de vestir e falar, os rituais e festas religiosas e populares, as relações sociais e familiares, as canções, as histórias e lendas contadas de geração a geração.

Nesse sentido, a exploração turística dos recursos patrimoniais permite inverter a forte tendência de concentração da oferta turística do Paraná na capital, na região do litoral do planalto curitibano e em Foz do Iguaçu. A ampliação do reconhecimento de bens patrimoniais paranaenses poderá promover a dispersão do turismo para o interior, com uma distribuição mais equitativa dos seus benefícios, funcionando assim como fator de criação de emprego e de diversificação das economias locais. Representará também benefícios evidentes referentes aos custos de preservação do patrimônio, que muitas vezes não podem ser assegurados pelos poderes locais.

Enquanto prática social, a constituição e a proteção do patrimônio estão assentadas em um estatuto jurídico próprio, que torna viável a gestão pelo Estado, em nome da sociedade, de determinados bens, selecionados com base em certos critérios, variáveis no tempo e no espaço. A norma jurídica, nesse caso, não apenas define direitos e deveres para o Estado e para os cidadãos, como também inscreve no espaço social determinados ícones, figurações concretas e visíveis de valores que se quer transmitir e preservar. A trajetória das convenções e recomendações internacionais mostra uma crescente apropriação das áreas urbanas que são consideradas de interesse social, e que devem ser preservadas.

Dentro dessa concepção, as preocupações preservacionistas introduziram a noção de patrimônio como memória, inscrevendo-o dessa forma no presente:

O patrimônio cultural expressa a solidariedade que une os que compartilham um conjunto de bens e práticas que os identifica, mas também costuma ser um lugar de cumplicidade social. As atividades destinadas à defini-lo, preservá-lo e difundi-lo, amparadas pelo prestígio histórico e simbólico dos bens patrimoniais, incorrem quase sempre numa certa simulação ao sustentarem que a sociedade não está dividida em classes, etnias e grupos, ou quando afirmam que a grandiosidade e o prestígio acumulado por esses bens transcendem essas frações sociais (CANCLINI, 1994, p.96).

No entanto, mesmo dentro dessa nova ótica, uma questão crucial continua sendo a eleição desse patrimônio. Afinal, essas "sobrevivências" do passado sempre foram produto de uma escolha, legitimada no presente através da generalização social do patrimônio, supondo-o único e de uma mesma significação para todos, excluindo a multiplicidade de vivências e, conseqüentemente, sua preservação e atuação no presente. Nesse sentido, de acordo com Antônio Augusto Arantes, a constituição e defesa do patrimônio cultural têm também a sua vertente ideológica.

(...) o problema não é apenas o preservar ou não, mas determinar o que defender e como fazê-lo. Ressoa, nesse aspecto da questão, o debate sobre concepções acerca de como se constrói o processo histórico (o triunfo dos vencedores ou a perspectiva dos vencidos) ou, num modo de ver mais abrangente, o problema do lugar e significação da cultura popular no contexto da cultura nacional. E, evidentemente, esses temas são no mínimo controvertidos, já que se trata, aqui, da face cultural do processo político de construção de lideranças morais e intelectuais legítimas (ARANTES, 1984, p. 8).

Converter em vontade coletiva a memória de um grupo social tem sido um eficiente instrumento de legitimação do poder, exigindo para isso sua consolidação através de diferentes suportes: monumentos, museus, objetos, bustos, personagens, datas comemorativas, etc. Portanto, o que se preserva, em última instância, é a memória de um determinado grupo social.

A decisão sobre o que preservar não deve significar a simples substituição do patrimônio de um grupo social por outro, mas dar voz à pluralidade de vivências,



possibilitando assim, a reapropriação da memória de grande parcela da sociedade, negligenciada por esse patrimônio. O seu reconhecimento por esses setores sociais implica o reconhecimento da ação desses grupos no passado e a apropriação de direitos no presente. Ou seja, tratado dessa forma, selecionar é uma forma de atribuir valor; o patrimônio deixa de ser a seleção pura e simples de alguns monumentos pontuais, destacados na paisagem e devidamente sacralizados, passando a fazer parte da própria dinâmica social (BALLART; JUAN-TRESSERRAS, 2005).

As dificuldades encontradas na construção de diretrizes e planos para a proteção e reabilitação destes elementos formadores do patrimônio construído tornam-se mais complexas com o aumento das variáveis que devem ser consideradas quando efetuar-se o enquadramento conjuntural desses bens nos planos social, econômico e político. Com este enquadramento vê-se que o patrimônio, em suas estruturas urbanas históricas, submete-se a pressões, muitas vezes em sentido contrário ou difusas. Mais do que estabelecer leis e normas são desafios postos às políticas de preservação do patrimônio a instituição de mecanismos legítimos viabilizando a participação, criando condições e meios que mobilizem os diferentes sujeitos sociais, e a contemplação de bens culturais significativos para as diferentes esferas da sociedade civil.

Por isso, é de fundamental importância o uso do turismo pedagógico como prática de ensino, uma vez que a viagem de estudo do meio possibilita vias de acesso ou de trocas entre alunos, professores, coordenadores e o meio. O que se busca é a organização de situações de aprendizagem relacionadas aos conteúdos curriculares, valores éticos e estéticos, além de atitudes formativas e dialógicas, como as propostas por Freire (2005) quando aborda a pedagogia do oprimido. Sendo assim, a formação dos alunos não deve mais estar presa à concepção de uma educação que se viabiliza apenas nos espaços formais das instituições, devendo ser complementada por ações educativas que priorizem uma ampliação de horizontes para além de seus limites físicos, utilizando ambientes informais de modo complementar (MARINHO; GÁSPARI, 2003).

Nesse contexto, de acordo com Artigas (2002), é possível, por exemplo, ao visitar determinados pontos turísticos, conhecer a evolução e o desenvolvimento do local, as características geográficas, a preservação ambiental e outros aspectos relacionados ao currículo escolar e às suas áreas de conhecimento. Hora e Cavalcanti (2003, p.225) complementam:

As formas de relevo em uma aula de geografia estarão à vista, poderão ser percorridas; os impactos da poluição serão sentidos de perto em uma aula de campo sobre o meio ambiente; a aula de história ganhará forma nos monumentos históricos da cidade; as formas geométricas ganharão fascínio nas fachadas dos prédios e nos terrenos, enfim, são inúmeras as possibilidades educacionais do turismo pedagógico (...).

Por meio do contato direto com os recursos naturais, históricos, culturais e sociais, os alunos poderão se questionar e buscar respostas para as várias situações vivenciadas fora dos limites da escola.

Sendo assim, a educação através do turismo permite ao educando a aprendizagem de conceitos e atitudes corretas por meio da participação, observação ou reprodução do cotidiano, e a integração com o conhecimento escolar.

Os conhecimentos que se transmitem e se recriam na escola ganham sentido quando se tornam produto de uma construção dinâmica entre os saberes escolares e os demais saberes. Nesse contexto, de acordo com Milan (2007, p.32-33), as contribuições do Turismo Pedagógico para o aprendizado dos alunos englobam vários aspectos:

- a) Psicológico: as vivências e comportamentos do educando estão sujeitos à mudanças por influência do turismo, alterando objetivamente as motivações, preferências, valores e atitudes;

- b) Sociológico: as observações e relações no meio em que vivem são interativas com o turismo como fenômeno social, proporcionando novos contatos, experiências e integração entre os alunos, com os professores e com a comunidade em geral;
- c) Cultural: o conhecimento do patrimônio histórico-cultural e o contato com outras culturas, tradições, hábitos e costumes da população local transformam-se em experiências enriquecedoras, promovendo o intercâmbio entre visitantes e visitados;
- d) Ambiental: a apreciação gera consciência para aumentar a preservação da herança natural como fator de potencial turístico da localidade.

Esses aspectos são recomendados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº 9.394/96), que pressupõe a formulação de um conjunto de diretrizes capaz de nortear os currículos e seus conteúdos mínimos. Para dar conta desse amplo objetivo foram instituídos os Parâmetros Curriculares Nacionais, os quais incitam a prática de estudo *in loco* e consagram o estudo do meio como método de ensino propulsor da interdisciplinaridade.

Nesse contexto, insere-se o Turismo Pedagógico, que se caracteriza por viagens de estudo do meio e tem como objetivo transportar o conhecimento teórico assimilado em sala de aula para a realidade concreta, apresenta uma proposta de aula elaborada a partir dos conteúdos curriculares e sua tradução em objetivos de aprendizagem, apresenta-se, supostamente, como uma atividade facilitadora no processo do aprendizado, pois visa a romper com a monotonia dos modelos e práticas pedagógicas atuais, bem como ser uma grande agente integrador do indivíduo com a realidade social vivida (MILAN, 2007). Trata-se da passagem de um processo de “ensino aprendizagem” para um processo de “aprender a aprender”, onde o primeiro tem como característica o repasse de lotes de conhecimento, e o segundo privilegia a atitude do questionamento construtivo numa relação teórica e prática.

Portanto, a análise das políticas de preservação de bens culturais aplicadas no âmbito do estado do Paraná demonstrou ser um recurso para a educação crítica destinada à salvaguarda dos bens culturais paranaenses. Antes de ser simplesmente algum lugar belo, com pessoas bem treinadas para proporcionar momentos de lazer a ser consumidos por ávidos visitantes em busca de distanciarem-se de sua realidade cotidiana, o bairro da periferia pôde oferecer com seus moradores organizados, beneficiários economicamente da atividade e também participantes dos “deslocamentos de olhares”, de maneira orgânica e relaciona com o cotidiano construído a partir do encontro entre pessoas direcionadas a refletir e agir com vistas à solução de problemas locais, situações, vivências e paisagens que provocam os sentidos e potencializam em cada indivíduo a capacidade de reflexão, de discussão e posicionamento político na sociedade.

Sendo assim, o turismo pedagógico promove o encontro entre pessoas, sistemas de valores, de mundos e de compreensões de mundo. Não é pedagógico porque se dedica ao envolvimento de crianças e jovens de escolas e faculdades. É porque educa à medida que proporciona situações nas quais os conflitos emergem a partir do encontro promovido pelo turismo. Não é formativo somente para quem visita, mas para quem recebe, uma vez que se busca o encontro e o diálogo entre visitante e visitado, e ainda porque, no processo de planejamento e gestão da atividade, os residentes também se educam e se formam. Enfim, provoca a percepção crítica necessária para se dar conta de que fazemos parte da realidade que percebemos e que, portanto, reunimos as condições de intervir e transformá-la.

### Referências Bibliográficas

AHLERT, A. *Reflexões éticas e filosóficas sobre a educação escolar*. In: *Revista Iberoamericana de Educación*. Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI) n.º 42/6, maio. Disponível em: <<http://www.rieoei.org/jano/1950Ahlert.pdf>> Acessado em: 06/10/2010.

- ARANTES, A. A. (org.). *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ARTIGAS, A. *Turismo educativo em Curitiba*. In: Cadernos de Pesquisa Turismo. Faculdades Integradas Curitiba, 2002.
- BALLART, J. H.; JUAN-TRESSERRAS, J. *Gestión del patrimonio cultural*. 2 ed. Barcelona: Editorial Ariel, 2005.
- BENI, M. C. *Análise Estrutural do Turismo*. 7. ed. São Paulo: Senac, 2002.
- BRASIL. Lei 9394 – LDB – *Lei das Diretrizes e Bases da Educação*, de 20 de dezembro de 1996.
- CANCLINI, N. G. *O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional*. In: *Revista do Patrimônio*, nº. 23, IPHAN, 1994, p.95-115.
- CASTELLS, M. *O poder da identidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.
- CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- CURY, I. (Org.). *Cartas patrimoniais*. 3 ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.
- DEMO, P. *Desafios modernos da educação*. 8. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 1999.
- FENELON, D. R. *Políticas culturais e patrimônio histórico*. In SÃO PAULO (cidade), Secretaria Municipal da Cultura/DPH. *O direito á memória. Patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo, DPH/SMC, 1992.
- FREINET, C. *A pedagogia do bom senso*. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GONÇALVES, J. R. S. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- HORA, A. S. E.; CAVALCANTI, K. B. *Turismo pedagógico: conversão e reconversão do olhar*. In: REJOWSKI, M.; COSTA, B. K. (orgs.). *Turismo contemporâneo: desenvolvimento, estratégia e gestão*. São Paulo: Atlas, 2003.
- IMBERT, F. *Para uma práxis pedagógica*. Brasília: Plano Editora, 1984.
- KERSTEN, M S. A. *Os rituais do tombamento e a escrita da história*. Curitiba, Editora da UFPR – Imprensa Oficial do Paraná, 2000.
- MARINHO, A.; GÁSPARI, J. C. de. *Turismo de aventura e educação: desafios e conquistas de espaços*. In: *Turismo Visão e Ação*. Itajaí: UNIVALI, v.5, n. 1, jan/abr. 2003.

MILAN, P. L. *Viajar para aprender: turismo pedagógico na região dos Campos Gerais – PR*. 125 p. Dissertação de Mestrado em Turismo e Hotelaria – Universidade Vale do Itajaí – UNIVALI. Balneário Camboriú, 2007.

MOREIRA, J. L. P.; AVILÉS, M. A. Y; VALLE, J. E. G. *Turismo educativo: propuesta de creación de un programa de enseñanza de español para extranjeros, en espol*. In: Repositorio de la Escuela Superior Politécnica del Litoral, 2009. Disponível em: <http://www.dspace.espol.edu.ec/handle/123456789/61> Acessado em: 26/05/2010.

PARANÁ. Constituição (1989). *Constituição do Estado do Paraná*: promulgada em 05 de outubro de 1989. Disponível em: [http://www.pr.gov.br/dioe/pdf/constituic\\_parana.pdf](http://www.pr.gov.br/dioe/pdf/constituic_parana.pdf) – Acesso em 18 de março de 2011.

PEREIRA, L. F. L. *Paranismo: o Paraná Inventado*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

PONTUSCHKA, N. N. *O conceito de estudo do meio transforma-se... em tempos diferentes, em escolas diferentes, com professores diferentes*. In: VESENTINI, José W. (org.). *O ensino de Geografia no século XXI*. Campinas: Papirus, 2004.

SALCEDO, A. L. T.; SUÁREZ, L. P. *Investigación en la Universidad Autonoma del Estado de Mexico*. In: Revista Teoría y Praxis, n. 1, junho de 2005, p. 87-95. Cozumel, Universidad de Quintana Roo. Disponível em: <http://www.teoriaypraxis.uqroo.mx/doctos/Numero1/Tamayo-peñazola.pdf> Acessado em: 10 mai, 2010.

WACHOWICZ, R. C. *História do Paraná*. 7 ed. Curitiba: Editora Gráfica Vicentina, 1995.